

ÉTICA EM ADMINISTRAÇÃO - TRAJETÓRIA DO PEQUENO EMPRESÁRIO: A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS POLITICOS E ÉTICOS PARA A SUA ATUAÇÃO.

AUTORA

Prof. Dra. Marly Cavalcanti (Doutora em Administração - USP -
Titular do Deptº de Administração da Faculdade de Economia e
Administração da PUC/SP - Rua Monte Alegre, 984, São Paulo,
Capital

INSTITUIÇÃO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(Dedicado para Dante Mendes Aldrighi)

Como cenário de nossas considerações sobre o papel político e ético do pequeno empresário, escolhemos algumas afirmações, cuja retomada constituirá o primeiro momento de nossas reflexões, sobre a realidade social e empresarial, na qual, vive e trabalha o pequeno empreendedor.

Do interior deste cenário e, a partir, de uma análise de cunho mais profundo, poderemos, num segundo momento, realçar as possibilidades de uma ação, política deste segmento empresarial e as novas aberturas em termos de uma ação de consultoria e assessoramento de concepção inteiramente nova, dirigidas aos mais candentes problemas da pequena empresa brasileira no momento atual, sobretudo, à questão ética.

Retomemos portanto, o fio condutor da a análise sobre a atuação do empreendimento empresarial de pequeno porte¹.

Tem-se afirmado ao longo do tempo e reiteradamente, algumas características qualitativas das pequenas unidades empresariais:

- 1) Pouca ou nenhuma divisão social e técnica do trabalho;
- 2) Elemento humano pouco qualificado e ausência de um integrado sistema de informações para a tomada de decisão na empresa;
- 3) Pouca ou nenhuma incorporação do progresso técnico e impossibilidade de acesso ao mercado de capitais, o que resulta em endividamento à procura de créditos a curto prazo sob altas taxas de juros;
- 4) Impossibilidade de crescimento e expansão que resulta em uma empresa "anã" sem nenhuma competitividade em termos de produto/mercado².

A par desta linha de argumentação inserem-se as longas digressões sobre a conveniência de diferentes sistemas de apoio e incentivo a este segmento empresarial.

Duas correntes de larga tradição no meio empresarial brasileiro apontam saídas divergentes para a "crise estrutural e de capitalização da pequena empresa". A primeira que pode ser bem resumida na postura de

¹ Uma tarefa difícil é a classificação das empresas quanto ao tamanho. A problemática vai desde à sua conceituação até a classificação quantitativa. Existem dois critérios básicos de classificação. O primeiro é responsável por caracterizar as empresas sem a preocupação de separá-las em micro, pequenas e médias, pois leva em conta apenas o limitado poder de barganha que possuem. Já o segundo critério, o mais usado, é quantitativo, e observa como parâmetros conjugados, o número de pessoas ocupadas, o investimento fixo e de capital circulante, e o valor da produção e/ou faturamento.

² Veja-se a este respeito e nesta linha de argumentação a Introdução ao Vol.1 de Pequena Empresa, H. Rattner, Coordenador, Ed. Brasiliense, 1985.

Robalinho de Barros³ aponta para alguns fatores destinados a aumentar a competitividade interna destas empresas.

Partidário de um apoio efetivo de caráter financeiro (basicamente voltado para o capital de giro) às pequenas e médias empresas este autor sugere novos modelos de participação societária que permitam a estas empresas ultrapassarem o círculo restritivo de empréstimos bancários convencionais, decorrente, quase que invariavelmente, de quatro componentes restritivas básicas:

- 1) carência de garantias que possam ser oferecidas pelos pequenos investimentos;
- 2) não valorização do talento e das capacidades empresariais destes segmentos, com sua conseqüente marginalização no mundo financeiro;
- 3) excesso de critérios burocráticos para a concessão de capitais;
- 4) o contínuo privilégio aos empreendimentos de maior porte considerados de "maior relevância" social.

O ponto central desta primeira corrente reside na capitalização do pequeno empreendimento, considerando seus efeitos retroalimentadores e multiplicadores.

A tecnologia e a inovação tecnológica. não assume aqui papel de destaque por que acreditam os defensores da capitalização que a importância do fator tecnologia em países de terceiro mundo como o Brasil, é secundária⁴. Ou seja, tem primazia, fatores como evolução dos mercados, variáveis competitivas, comportamento concorrencial, taxas, de rentabilidade dos negócios, situações do mercado de trabalho, e do mercado de fornecedores de matérias primas e componentes.

Existem controvérsias sobre o papel das micro, pequenas e médias empresas na economia de um país e as inúmeras limitações com que estas empresas trabalham são vistas de diferentes ângulos por diferentes teóricos. A segunda grande linha de análise pode configurar-se de modo pleno a partir da leitura de um texto do Professor Henrique Rattner - "Acumulação de Capital, Internacionalização da Economia e as Pequenas e Médias Empresas"⁵.

Para este autor e nesta segunda corrente, é preciso pesquisar e esboçar as linhas de articulação e integração das pequenas e médias empresas ao grande capital, por ramos e por setores. O capital é "a expressão do modo de relação entre os homens", sendo o domínio técnico sobre os meios de produção o fator chave em qualquer exame que se faça da realidade empresarial. Neste jogo "capitalismo moderno", "sociedades industrializadas", "sociedades subdesenvolvidas" por um lado e as tensões da economia monopolista por outro, definem as condições de possibilidade da organização da produção.

Como vemos esta segunda corrente aponta para fatores macro-estruturais, enquanto a primeira acredita na valorização da experiência e atuação do pequeno empresário.

³ 3-F. Robalinho de Barros, "Pequena e Média Empresa e a Política Econômica: um desafio à mudança", Ed. Atlas, 1978.

⁴ Tal consideração encontra respaldo na literatura, onde, Miguel Angeli Gallo e outros, em pesquisa concluíram não ser o fator tecnológico o ponto básico de estrangulamento do pequeno empreendimento. Em suas conclusões, a variável tecnológica apresenta-se em 9º lugar na ordem de importância dos fatores, os primeiros são sempre de ordem política, econômica etc.

⁵ O Prof. H. Rattner é o autor de uma extensa bibliografia na área de adoção de tecnologias intermediárias em países de terceiro mundo nos quais, o modelo de acumulação, baseado na expansão dos conglomerados em escala, internacionalizando a produção. O comércio e as finanças produzem a subordinação da PME ao grande capital.

Diante desta divergência, uma terceira corrente procurou apontar que a explicação para a sobrevivência da pequena empresa e mesmo de seu desenvolvimento enquanto empreendimento está na sua capacidade de adaptação aos fatores estratégicos em contínua transformação no mundo empresarial.⁶

Numa visão extremamente sucinta (a qual é o caminho para o objetivo desta exposição) lembramos que a trajetória histórica do pequeno empresário tem sido a de elemento subsidiário do processo produtivo, complementando atividades empresariais mais complexas, gerando empregos a menor custo social e privado. Um resumo dos critérios para classificação de pequenas empresas é o melhor crivo ilustrador do que afirmamos, pois neles predomina a filosofia micro-econômica que vê o empreendimento atomizado na sociedade⁷ e não distingue as fronteiras entre o pequeno empresário e sua empresa, reduzindo em "curioso artifício" seu papel como organização entre organizações sociais e econômicas. Das quais não se distingue senão pelos seus traços fracos e de subserviência ao grande capital.

A visão estratégica não faz uma distinção radical entre as abordagens micro e macro, aceita a ambas, mas, preocupa-se essencialmente, com a evolução do ambiente empresarial, responsável pela diversidade, absorção ou não de novos empreendimentos e pela sobrevivência e desenvolvimento dos existentes. Vendo, portanto, as empresas não sob o aspecto individual, ou grupal, ou exclusivamente por ramos ou setores, mas em sua "*holicidade*", como componentes de uma totalidade com características próprias.

Se é verdadeiro argumentar que o pequeno empresário representa-se a si mesmo e às suas ambições em sua empresa, muitas vezes sobrepondo-se aos interesses coletivos mais amplos, também, é inegável, que o pequeno empreendedor constrói sua empresa em meio à sua própria comunidade, nela tendo raízes muito fundas. Este fato aliado à sua fragilidade institucional faz com que a empresa receba todo o impacto das variáveis conjunturais e estruturais da economia e da sociedade, as quais, indubitavelmente, o empresário não desconhece, mas, exatamente pela sua própria perspectiva tornam-se difíceis de lidar, dado que não lhe permitem, tais variáveis, um distanciamento necessário.

O pequeno empresário via de regra, é "atropelado" pelas realidades, pelos fatos, este jogo ambíguo do que é visível, e do que permanece invisível aos olhos do empresário, faz do mesmo o espelho de seu tempo. Com efeito, o espelho faz ver (por reflexo) os modelos externos olhados de dentro da empresa, mas, igualmente, por reflexo, comunica estes modelos e seus resultados ou conseqüências, a todos os que, no ambiente externo interagem com a empresa (fornecedores, clientes, órgãos arrecadadores etc.). Se a pequena empresa vai mal, os tempos vão "mal", e o período é de restrições agudas para enormes segmentos populacionais. Se, a pequena empresa é a primeira a sofrer a crise, será, inexoravelmente, apenas o último segmento a emergir dela, portanto, a duração das crises mede-se pelo seu desempenho.

Não é nosso intento aqui, refazer a análise destes ajustamentos ou mutações (embora este constitua, sem dúvida, um tema central em Estratégia de Empresas)⁸ nem mesmo, avaliar o peso de sua significação histórica enquanto empreendimento social⁹.

⁶ As chamadas "Niche Width Theories", popularizadas na literatura organizacional por J. Freeman e M. Hannan, inauguraram uma ampla preocupação com os "fatores estratégicos que se agregam e se completam como num 'campo gravitacional'".

⁷ Um resumo dos critérios ilustrativos da filosofia da dependência pode ser encontrado em "As. micro e pequenas empresas, uma revisão da literatura de marketing e os critérios para caracterizá-las" de Ivan Dutra e J.A. Guagliardi, 1984.

Os critérios quantitativos enumeram baixo número de empregados, faturamento e receita anual, patrimônio líquido, capital social e ativos. Os critérios qualitativos falam em organizações rudimentares, receptoras de mão de obra de origem rural e não treinada, ausência de controles administrativos, e inexistência de produção em escala. Já os critérios mistos deixam claro seu papel subsidiário ao elencarem o treinamento de mão-de-obra e executivos para as grandes empresas e a complementaridade de sua atuação social.

⁸ No Brasil a Ecologia de Empresas transformou-se em tema para a pesquisa acadêmica, a partir dos estudos de Zaccarelli, S. B., Fischmann, A. A., e Silva Leme, R. A., da Universidade de São Paulo, produzindo-se posteriormente teses de mestrado e doutoramento nesta área, sob orientação destes professores, pesquisando-se os elementos que integram o domínio organizacional.

Nosso propósito neste artigo é bem menos ambicioso, sendo nosso interesse, aqui e agora, apenas explorar alguns aspectos inerentes à posição ambígua do empresário pequeno e algumas possibilidades políticas de sua ação, e sua atuação no plano de uma ética.

A ação política no mundo do pequeno e médio empresariado envolve o conhecimento do modo de funcionamento das redes interorganizacionais e dos fatores estratégicos da ação empresarial. Articular pequenos empreendimentos em ações de "lobby" não é tarefa fácil. Requer uma autêntica revolução copernicana nos procedimentos convencionais de consultoria e apoio a empreendimentos destes portes. A essência desta transformação está na regionalização dos pequenos empreendimentos, na busca de suas raízes locais e comunitárias¹⁰.

A luta por valores espaciais e territoriais a nível das comunidades foi descrita por Robert Lafont, "Autonomie de la Région, à L'Autogestion", Paris, Gallimard, 1976, este texto demonstra as asperezas encontradas na abertura de espaço político para os pequenos empreendimentos, seu autor inclusive concorreu às eleições francesas, numa demonstração inequívoca de que a consciência regional e a genuína descentralização política das pequenas comunidades, e o poder local, tem que ser ganho nas urnas".

Não tenhamos a menor dúvida de que o que começa como "poesia", o fortalecimento do poder político dos pequenos empreendedores, termina em política contra a forte centralização do poder.

Empresários, comunidades, regiões precisam lutar contra a descolonização enfrentando grupos fortes, astuciosos e, politicamente, preparados. E um dos mais relevantes problemas, práticos da administração de relações interorganizacionais ao nível estratégico envolve o estabelecimento de bases novas para a ação coletiva interempresarial¹¹.

A ação coordenada a nível local representa enormes oportunidades para a pequena empresa. Trata-se de uma nova abordagem consistente na integração de critérios macrolocais às análises de natureza microlocais, possibilitando apreciável ganho para ação cooperativa local e um aumento considerável da consciência e das alternativas de ação institucional à disposição das comunidades e de seus agentes.

Para ser possível a mudança de concepção do empreendimento empresarial de pequeno porte precisamos reconhecer que tais empresas não tem reputação no mercado e raramente se beneficiam de economias de escala, concentrando-se em um dois produtos, ou mercados, sendo, portanto, incapazes de absorver os resultados da má sorte ou de decisões erradas. Sua grande vantagem reside na inexistência de ligações com o passado, na flexibilidade de inovação sem afetar os índices de faturamento, movendo-se, rapidamente, e graças as habilidades de seus proprietários, através de canais de decisões informais e baseados nas realidades diárias de fornecedores e clientes, e não, em relatórios abstratos sobre o seu comportamento.

Em realidade, a criação de organismos coletivos locais e interlocais, de tipo cooperativo, opõe-se diretamente ao poder da burocracia, sendo forma autenticamente, desburocratizante, muito ao gosto e conveniência do pequeno empresário.

⁹ Sobre a significação histórica de pequeno e médio empreendimento no Brasil é útil a consulta a Pereira, M. N. "A Pequena e Média empresa: seu papel e sua importância no processo de desenvolvimento brasileiro", São Paulo, CEAG, 1980.

¹⁰ Por largo tempo analisou se o empreendimento empresarial como se o mesmo não representasse o fruto de relações sociais, de classes e de interesses antagônicos. A análise estrutural da formação industrial local repõe esta perspectiva, a nível de comunidades, vide, D. M. Aldrighi, "Estrutura Industrial e Diferenciação da força de trabalho em São Paulo", mimeo, USP, 1985.

¹¹ A análise da ação conjunta interempresarial constitui um dos mais novos campos de pesquisa em administração, já se destacam como "clássicos" neste tema os estudos de Van de Ven, 'A. H. e Ferry, D. L. "Measuring and Assessing Organizational" Wiley e Sons, 1980, bem como os artigos de Van de Ven, A., Walker G., e Liston, J., "Coordination patterns within an interorganizational network", in H. Relations Journal, 32 (19-36), 1979; e Van de Ven e Walker "The dynamics of interorganizational coordination, A. S. Q, Cornell Uni., 29, 1984.

Transportemos, finalmente, estas considerações, para o segundo momento deste artigo, o qual, trata, especificamente, de viabilizar as possibilidades de ação política deste empresariado. Como já vimos, este empresário é um estrategista, algo "selvagem", um dialeto do concreto, fortemente marcado por sua experiência cotidiana. Neste sentido, o estabelecimento de vínculos efetivos e flexíveis entre estes indivíduos é um desafio.

Através da Ética Empresarial¹² procura-se coordenar a ação comum de múltiplos pequenos grupos de empresas e instituições locais de uma dada região, especificando os seus espaços de coexistência, complementaridade e/ou conflito, a possibilidade de ação conjunta, com as demais organizações e instituições regionais ou, de caráter mais geral. O resultado deste programa é uma valorização do empresariado local pela ampliação de sua consciência e participação, com um ajuste mais adequado às exigências ambientais.

Não há a menor dúvida, que a ação ética é um processo político, e um processo político autônomo, no meio empresarial, e que como todo processo desta natureza, ambiciona atingir posições de poder social. É, ainda, um ato de força, na medida em que compete com grupos já organizados na sociedade mais ampla.

Assim, ideologicamente, voltada para o desenvolvimento do poder local, contra o centralismo burocrático e oligopolista dominantes, terá de recrutar "seus agentes" entre empresários, governantes, consultores empresariais etc., precisando, portanto, de um "partido", sem o qual não passará de idéias bem arranjadas em algum documento, ou relatório de pesquisa. Como viabilizar esta ação conjunta e organizar estas forças é tarefa para o aqui e para o agora.

Kant lembra freqüentemente que a lei moral não requer jamais raciocínios sutis, mas repousa no uso mais ordinário ou mais comum da razão. Mesmo o exercício do entendimento não supõe qualquer instrução prévia, "nem ciência nem filosofia". Devemos, pois, falar de um senso comum moral.

Bárbara Freitag em "Habermas e a Filosofia da Modernidade", analisa a crise de nosso tempo:

"As patologias da modernidade se devem, em última instância, aos dois processos de transformação (de conotação negativa) discriminados por Habermas¹³: a dissociação e a racionalização.

A dissociação, implicou na "Entkoppelung" (desengate) do 'mundo vivido' do 'sistema', já quase irreversível em nossos tempos. A " racionalização não somente contaminou os dois subsistemas (economia e Estado) mas já expandiu-se a certas instituições do mundo vivido. Isso leva Habermas a falar na "kolonisierung" (colonização) do "mundo vivido" pelo sistema.

A primeira patologia ("Entkoppelung") faz com que os homens modernos submetam suas vidas às leis do mercado e à burocracia estatal como se fossem forças estranhas contra as quais não há nada a fazer. Suas crises são percebidas e aceitas como as catástrofes da natureza (terremotos, erupções vulcânicas, etc.) que escapam ao seu controle.

Em seu célebre artigo "Was ist Aufklärung? (O que é a esclarecimento?), Kant tinha visto na razão o instrumento de liberação do homem para que alcançasse através dela sua autonomia e *Muendigkeit* (maioridade). Defendia a necessidade de os homens assumirem com coragem e competência o seu próprio destino:

¹² A única forma de uma sociedade justa é o projeto de indivíduo enquanto pessoa moral e ética, sem consciência e crítica moral não há mesmo nenhuma forma de modificação da sociedade.

¹³ Segundo Habermas, a modernidade se caracteriza por ter criado uma disjunção, um hiato, entre o mundo vivido e o sistema (Entkoppelung). A perspectiva sistêmica e a perspectiva do mundo vivido não estão, por sua vez, integradas: a integração sistêmica não coincide com a integração social. Sistema e mundo vivido entram em choque. O mundo vivido, regido pela razão comunicativa, está ameaçado em sua sobrevivência pela interferência da razão instrumental. Ocorre uma anexação do mundo vivido por parte do sistema, desativando as esferas regidas pela razão comunicativa e impondo-lhes a razão instrumental, tecnocrática. A interferência do sistema estatal na esfera do mundo vivido é a burocratização, e a do subsistema econômico, a monetarização. Essas duas usurpações são responsáveis pelas patologias do mundo vivido.

reconhecendo que este não era ditado por forças externas (deuses, mitos, leis da natureza) nem por um karma interior. Ao contrário, os homens deveriam fazer uso da razão para tomarem em mãos sua própria história.

Esta apatia generalizada, reforça as tendências da dissociação, permitindo que a economia e o estado sejam controlados por uma minoria, de homens de negócio e burocratas, que determinam as regras do jogo."

Como bem lembrou Freitag, op. cit., a terapia para este diagnóstico das patologias ou crises da modernidade é simples, reverter os processos do "desengate" e da "colonização" e "reacoplar" o sistema ao mundo vivido, permitindo aos atores a visão de conjunto. Mas o reacoplamento não significa regressão a formas de indiferenciação anteriores, não significa a extinção dos limites estabelecidos e das autonomias adquiridas. A diferenciação e a autonomia representariam em ambos os lados, sistema e mundo vivido, um ganho na medida em que o aumento de complexidade pode vir acompanhado de uma maior transparência, flexibilidade e dirigibilidade das formações societárias.

A recente preocupação com a ética empresarial reflete sem dúvida alguma, a ruína dos sistemas de valores criados pela modernidade, ficando cada vez mais evidente que a ignorância das realidades éticas, pode ser um tremendo ponto fraco para as pequenas organizações.

Precisamos, portanto, despertar o pequeno empresário para a importância da ação ética e adhocrática.

Uma estratégia comunitária "botton-up" considera fundamental promover a integração dos circunstantes econômicos e da ação empresarial local aos planos de desenvolvimento, derrotando-se a figura do tecnoburocrata, do planejador de gabinete, substituindo-os por métodos não ortodoxos de decisão. Romper com o processo unilinear do crescimento econômico pelo uso extensivo do capital, tecnologia e energia, em poucas áreas, com uma sempre crescente aglomeração de fatores é uma exigência administrativa, quer do setor privado, quer do setor público. Isto não significa negar os objetivos de crescimento, e sim, ao contrário, curvar-se às evidências de que a era pós-industrial exige um novo tipo de sociedade e novas modalidades de solidariedade no comportamento empresarial. E, sem dúvida, uma nova ética.

Foi, no âmbito da discussão de soluções para organizações eficientes num contexto de grandes e rápidas mudanças tecnológicas, sociais, políticas e econômicas, que alguns estudiosos das organizações empresariais propuseram a adhocracia. Bennis, considerado o iniciador da proposta, a entende como uma estrutura organizacional cuja característica principal é a temporariedade, a mutação rápida e permanente de diferentes grupos de trabalho, "forças tarefas", que se integram e se desintegram a partir da realização de uma entidade específica ou da solução de um dado problema na empresa. Organizações temporárias onde a hierarquia e estabilidade funcional são substituídas pela horizontalização do processo decisório e pela competência individual e diferenciada de cada um dos membros destes grupos de trabalho.

A adhocracia acentua as mudanças das características dos processos organizacionais e das características humanas e profissionais dos membros da empresa. Os processos são temporários, as normas praticamente inexistentes, o trabalho é individualizado no sentido de especialidade mas exigindo integração no âmbito do grupo tarefa. A estabilidade funcional via hierarquia desaparece, e é exigido um novo "homem organizacional" que abandone sua posição de "funcionário".

Foi exatamente este processo que levou ao que Weber chamou de perda de liberdade do homem, crescentemente aprisionado numa armação de ferro (Stahlhartes Gehaeuse). Foi o que Mutatis Mutandis Lukács denominou de alienação e Marcuse de unidimensionalização.

A capacidade de aprendizagem tem que ser marcada pela rapidez e pela realidade. Considerando-se que na adhocracia a norma é a "não norma", a ausência de padrões acoplada às constantes mutações dos indivíduos com participações temporárias nos diferentes grupos de trabalho, e em tarefas diversificadas o que exige a constante competência de compreensão de circunstâncias e problemas novos, portanto, as exigências de fazer julgamentos e de tomar decisões de valores.

Karl Weick, diz que hoje as organizações precisam se flexibilizar a aprender com os fatos. Como no caso da metáfora entre abelhas e moscas:

“se você colocar doze abelhas e doze moscas na mesma garrafa, deitada horizontalmente e com a base voltada para a janela, descobrirá que as abelhas persistirão até a morte em sair pelo vidro que está voltado em direção à luz, enquanto as moscas, em menos de dois minutos, terão saído todas, velozmente, pelo gargalo do lado oposto, agitando-se de um lado para outro, desconhecendo o apelo da luz e desinteressadas pelo enigma do vidro.”

Tentativa e erro, improvisação, desobediência,, são os melhores procedimentos para fazer frente às mudanças.

Orientar os pequenos empreendedores, para os novos comportamentos adhocráticos, e para uma nova e mais consciente ética de negócio é a melhor oportunidade que lhes pode proporcionar um curso de graduação em administração, que muitos Jovens buscam na tentativa de criarem e desenvolverem seus próprios negócios em uma era recessiva e turbulenta.

Ensinamos nossos alunos que o critério das decisões éticas, não é apenas o da "aceitabilidade social", mas, sobretudo, o critério da razão, e do senso moral, avaliando-se a eticidade em si da conduta e da força social deste segmento empresarial em particular, como formas para romper o domínio exercido por grandes corporações e interesses tecnoburocráticos, flexibilizando ao máximo estas empresas, dentro de uma ética de responsabilidade, tão ao gosto weberiano, através da qualidade ética dos sujeitos envolvidos nas redes interorganizacionais. Pois, sem uma clara consciência da missão não é possível o desenvolvimento de uma consciência específica e as estratégias não serão mais que tentativas rígidas de respostas aos parâmetros fixados externamente. O êxito do pequeno empresariado depende de ações conjuntas que lhe permitam uma administração adhocrática dos negócios e uma lucidez ética que aprimore a qualidade de seus produtos e serviços, e possa fazer frente aos preconceitos e limitações que tradicionalmente tem sido impostos a este segmento empresarial. A conexão entre o êxito dos objetivos organizacionais e uma nova qualidade ética é algo novo e que se sobrepõe às ruínas da modernidade e à oligarquia dos tecnoburocratas.

Ética em Administração - Trajetória do pequeno empresário: a busca de novos caminhos políticos e éticos para a sua atuação.

Profª. Dra. Marly Cavalcanti - Av. Brigadeiro Luís Antonio, 1930, apto. 111, fone 288-0497, São Paulo, Capital.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Faculdade de Economia e Administração - Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, Capital

RESUMO DO TRABALHO:

Trata-se de discutir e ensinar a interessados na pequena empresa os novos rumos destas organizações frente à crise da modernidade, e às barreiras tecnoburocráticas que se opõem, via de regra, aos esforços deste segmento empresarial.

Dispensando-se ênfase, numa revisão dos critérios quantitativos e qualitativos que classificaram as pequenas empresas no passado, e ressaltando-se as novas mudanças de aprendizado necessárias para o empreendedor atual sobretudo, no que concerne a novos padrões adhocráticos e a uma ética individual de responsabilidade empresarial, visando tornar este segmento flexível em suas decisões e competitivo em sua performance.

Procurando abrir caminho para fortalecer este segmento face aos grandes grupos empresariais e ao governo.

Tal vem sendo feito no curso de Administração de Empresas Graduação -PUC/SP